

Documento de orientação para políticas da OMS: manutenção das medidas de prevenção e controle de infecções contra a COVID-19 nos estabelecimentos de saúde

14 de setembro de 2022

OPAS



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE
SALUD

Pontos chave

- Os estabelecimentos de saúde continuam sendo um ambiente de alto risco de transmissão do SARS-CoV-2, porque são locais nos quais pacientes em risco de COVID-19 grave são admitidos e atendidos.
- A manutenção e o aprimoramento das medidas de prevenção e controle de infecções (PCI) continuam sendo essenciais para os pacientes, funcionários e visitantes.
- As principais estratégias e medidas atuais de PCI para o manejo da COVID-19 nos estabelecimentos de saúde incluem¹:
 - um programa de PCI ou, no mínimo, um ponto focal de PCI dedicado e capacitado;
 - triagem e rastreio para permitir o reconhecimento precoce de casos adquiridos na comunidade e relacionados à assistência à saúde e à implementação rápida de medidas de controle de origem;
 - aplicação de precauções padrão e com base na transmissão;
 - isolamento (individual ou por coorte) de pacientes;
 - uso universal de máscaras de proteção respiratória;
 - controles administrativos;
 - implementação de controles ambientais e de engenharia, com ênfase na ventilação;
 - vacinação dos profissionais de saúde contra a COVID-19;
 - prevenção, identificação e manejo da COVID-19 entre os profissionais de saúde.
- Ações essenciais a serem consideradas pelos Estados Membros ao atualizarem suas políticas de prevenção e controle de infecções aplicada à COVID-19 são: manter as medidas exitosas de PCI e priorizar as lacunas críticas dos programas de PCI nos estabelecimentos de saúde; manter prontidão operacional para surtos de casos de COVID-19 e de outros patógenos emergentes e reemergentes; aumentar a capacidade de PCI com grande investimento na implementação dos requisitos mínimos de PCI; e, finalmente, assegurar a resiliência e a sustentabilidade de todos os componentes essenciais de PCI.

Introdução

Mais de 2 anos e meio desde as primeiras infecções pelo SARS-CoV-2, a pandemia de COVID-19 continua sendo uma emergência global em fase aguda. Milhões de pessoas continuam sendo infectadas a cada semana, e, nos primeiros oito meses de 2022, ocorreu mais de um milhão de mortes por COVID-19 ([Painel de COVID-19 da OMS](#)). Com acesso às ferramentas existentes e seu uso adequado, a COVID-19 pode se tornar uma doença controlável, com morbimortalidade significativamente reduzida, e mais vidas podem ser salvas. No entanto, ainda há muito trabalho a ser feito em escala mundial (REF: discurso do DG). A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece os desafios que os países enfrentam para manter sua resposta à COVID-19 ao mesmo tempo em que enfrentam desafios de saúde pública, conflitos, mudança do clima e crises econômicas, e continuará ajudando os países a ajustarem suas estratégias contra a COVID-19 para refletir os êxitos e alavancar o aprendizado das respostas nacionais.

¹ Para recursos adicionais da OMS sobre prevenção e controle de infecções no contexto da COVID-19, consulte o website *Country & Technical Guidance - Coronavirus disease (COVID-19)*: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance-publications?publicationtypes=d198f134-5eed-400d-922e-1ac06462e676>.

Para auxiliar os esforços nacionais e globais para acabar com a emergência da COVID-19 no mundo inteiro, em 2022 a OMS atualizou o [Plano mundial de preparação, prontidão e resposta à COVID-19](#) e definiu dois objetivos estratégicos. Primeiro, reduzir a circulação do SARS-CoV-2, protegendo os indivíduos, especialmente os mais vulneráveis com risco de doença grave ou exposição ocupacional ao vírus. Isso reduzirá a pressão evolutiva sobre o vírus e a probabilidade de surgimento de futuras variantes, e reduzirá também a carga sobre os sistemas de saúde. Segundo, prevenir, diagnosticar e tratar a COVID-19 para reduzir a morbimortalidade e as sequelas a longo prazo. O plano da OMS prevê também a pesquisa, o desenvolvimento e o acesso equitativo a contramedidas eficazes e suprimentos essenciais.

Reconhecendo que os países estão em situações muito diferentes com relação à COVID-19 devido a uma série de fatores, tais como diferenças no nível de imunidade da população, confiança do público em geral, acesso a diagnósticos, terapias, vacinas e equipamentos de proteção individual contra a COVID-19 e sua utilização, disponibilidade de informação confiável e desafios apresentados por outras emergências sanitárias e não sanitárias, a OMS criou um pacote de seis breves documentos para políticas que visam a ajudar os países na atualização de suas políticas para se concentrarem nos aspectos críticos do manejo das ameaças tanto agudas como de longo prazo relacionadas à COVID-19, ao mesmo tempo em que consolidam as bases para uma infraestrutura de saúde pública mais forte ([Fortalecendo a Arquitetura Mundial para a Preparação, Resposta e Resiliência a Emergências de Saúde](#)).

Os documentos de orientação de política descrevem as ações essenciais que os formuladores de políticas dos níveis nacional e subnacional podem implementar com relação aos seguintes aspectos: testagem de COVID-19, manejo clínico da COVID-19, cumprimento das metas de vacinação contra a COVID-19, manutenção das medidas de prevenção e controle de infecções para COVID-19 nos estabelecimentos de saúde, geração de confiança por meio de comunicação de risco e envolvimento da comunidade, e gestão da infodemia de COVID-19. O presente documento para políticas tem como foco manter as medidas de prevenção e controle de infecções (PCI) contra a COVID-19 nas instalações de saúde ([link para os seis documentos de orientação de política](#)).

Em 7 de junho de 2022, foi publicado um documento de orientação para políticas mais longo e detalhado sobre PCI: [Maintaining infection prevention and control measures for COVID-19 in health care facilities](#).

Finalidade deste documento

Este documento e os outros cinco documentos de orientação para políticas sobre a COVID-19 têm como público-alvo os formuladores de política dos níveis nacional e subnacional, nos ministérios da Saúde e outros ministérios. Eles fornecem uma breve visão geral das principais ações aconselháveis para os Estados Membros, com base nas recomendações publicadas na orientação técnica da OMS sobre a COVID-19. Também articula a necessidade de financiamento sustentado e uma força de trabalho capacitada, protegida e respeitada para manter essas ações que salvam vidas no contexto de emergências concorrentes, tanto de saúde como de outros tipos. Além disso, reconhece a necessidade de fortalecer a resposta a curto e longo prazo à COVID-19 em relação a outras questões urgentes de saúde pública.

Ações essenciais a serem consideradas pelos Estados Membros na atualização de suas políticas relacionadas à COVID-19 em matéria de prevenção e controle de infecções

1. Manter as medidas exitosas de PCI e priorizar as lacunas críticas dos programas de PCI nos estabelecimentos de saúde

Muitos países fizeram melhorias importantes em matéria de PCI durante a pandemia; no entanto, essas intervenções muitas vezes se limitaram à resposta de emergência, e precisam ser mantidas e reforçadas. A OMS continua recomendando que todos os esforços possíveis para evitar a transmissão do SARS-CoV-2 nos estabelecimentos de saúde – onde há pacientes em risco – devam não só continuar, como ser reforçados. Esses esforços incluem designação de pontos focais/equipes no nível nacional e em cada estabelecimento; provisão adequada de su-

primentos para higiene das mãos no local de atendimento, em sanitários e em outros locais críticos; limpeza ambiental apropriada; alocação/separação em coorte e fluxo de pacientes; aumento do número de quartos de isolamento; melhor uso de EPIs; e gerenciamento seguro de resíduos (1). Avaliações da situação local de PCI e de água, saneamento e higiene (WASH, na sigla em inglês) – conforme exigido pelo Regulamento Sanitário Internacional (RSI) (2005) – devem ser realizadas regularmente tanto em nível nacional quanto nas instalações, e quaisquer lacunas devem ser resolvidas prontamente (1-4).

2. Manter prontidão operacional para surtos de casos de COVID-19 e de outros patógenos emergentes e reemergentes

Como os estabelecimentos de saúde podem se tornar amplificadores de surtos de doenças infecciosas, manter a prontidão operacional em matéria de PCI é fundamental (5). As autoridades nacionais e subnacionais devem tomar as seguintes ações imediatas para se preparar para surtos de COVID-19 (6), e as políticas devem ser contextualizadas para contextos de fragilidade, conflito ou vulnerabilidade:

- Reunir novamente a força-tarefa nacional de COVID-19 para revisar, adaptar e divulgar políticas, diretrizes nacionais, treinamentos e outras atividades relacionadas à COVID-19 em todos os níveis do sistema de saúde.
- Avaliar a capacidade de pico e identificar os recursos financeiros, logísticos e humanos necessários em caso de ressurgimento dos pacientes. Providenciar planos de contingência conforme necessário para modos alternativos de prestação de serviços, incentivos de recursos humanos e suprimentos para PCI/EPIs com base na taxa de utilização de EPI.
- Manter políticas de vigilância e manejo para profissionais de saúde expostos e infectados. Os formuladores de políticas devem considerar exigir que os gestores dos estabelecimentos de saúde tomem as seguintes medidas:
 - reativar a gestão de incidentes para coordenação das partes envolvidas em PCI e mobilização de recursos;
 - garantir o fluxo seguro de pacientes e pessoal;
 - assegurar ambientes de cuidado seguros e aumentar a capacidade de infraestrutura conforme necessário (por exemplo, para triagem, rastreamento e isolamento);
 - assegurar a disponibilidade e o uso otimizado de EPIs;
 - vacinar os profissionais de saúde de acordo com os protocolos nacionais;
 - realizar treinamento de reciclagem em matéria de PCI (6).

3. Aumentar a capacidade de PCI com grande investimento na implementação dos requisitos mínimos de PCI e, em última instância, todos os componentes essenciais de PCI, e assegurar a resiliência e a sustentabilidade

O aumento da capacidade de PCI e a garantia de sustentabilidade são relevantes para os surtos de COVID-19 e todas as outras infecções relacionadas à assistência à saúde. Os componentes essenciais de PCI recomendados pela OMS (7) e o marco de PCI para a preparação, prontidão e resposta a surtos (6) fornecem um roteiro para atingir esses objetivos. As políticas devem incluir as seguintes ações, conforme a situação local:

- Realizar análises situacionais aprofundadas sobre o status de implementação dos programas e práticas de PCI, utilizando ferramentas padronizadas, e elaborar planos de ação para melhorias.
- Implementar pelo menos os requisitos mínimos de PCI em nível nacional e nos estabelecimentos de saúde o mais rapidamente possível (2).
- Fortalecer/estabelecer programas funcionais de PCI em nível nacional e em todas as unidades de saúde, incluindo de atenção primária e de longa permanência, com o apoio de um orçamento específico e de uma equipe treinada em PCI.

- Assegurar a implementação das normas de PCI no local de atendimento, inclusive no âmbito de práticas específicas de atendimento (como atenção cirúrgica, neonatal e materna), e monitorar indicadores de desempenho.
- Simular cenários para avaliar se as estratégias e os planos atuais serão capazes de lidar com um pico rápido de casos, absenteísmo de funcionários, escassez de suprimentos para PCI ou outros desafios.
- Assegurar a aquisição, a distribuição e o uso de suprimentos essenciais para PCI no local de atendimento.
- Assegurar que a infraestrutura de ASHI seja aprimorada, e seu financiamento, sustentado.
- Apoiar as capacidades de PCI em nível nacional e subnacional e nos estabelecimentos de saúde, aumentando o conhecimento e a experiência.
- Reforçar a coordenação entre todos os parceiros em apoio aos planos de ação ministeriais para PCI a longo prazo.
- Atualizar e adaptar as políticas nacionais de PCI e apoiar a ação nacional e local de acordo com os aprendizados e o contexto local.
- Investir na melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos de saúde – por exemplo, para aumentar a disponibilidade de quartos de isolamento – e garantir que a ventilação atenda ou exceda a taxa de renovação de ar (número de trocas de ar por hora) recomendada para o volume esperado de ocupantes.

Conclusões

A pandemia de COVID-19 demonstrou mais uma vez a importância da implementação de PCI em nível nacional e subnacional e nos estabelecimentos de saúde para conter o surgimento e a reemergência de ameaças infecciosas. Há uma necessidade urgente de preencher as lacunas existentes na implementação de PCI e manter a prontidão operacional em matéria de PCI para assegurar a capacidade de sobrecarga e garantir a expansão e a sustentabilidade dos programas de PCI a longo prazo para enfrentar completamente a pandemia, prevenir e controlar futuros surtos, reduzir a carga endêmica das infecções relacionadas à assistência à saúde e da resistência aos antimicrobianos e construir sistemas de saúde resilientes (8).

Planos de atualização

A OMS continuará a monitorar a situação de perto para detectar quaisquer mudanças que possam afetar este documento de orientação para políticas. A OMS emitirá as atualizações necessárias à medida que as evidências se tornem disponíveis e sejam revisadas.

Referências

- 1 Organização Mundial da Saúde. Minimum requirements for infection prevention and control programmes. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2019 (<https://apps.who.int/iris/handle/10665/330080>).
- 2 Organização Mundial da Saúde. Continuidade dos serviços de saúde essenciais: ferramenta de avaliação das unidades de saúde. Um módulo da série sobre avaliação das capacidades dos serviços de saúde no contexto da pandemia de COVID-19. Orientações provisórias, 12 de maio de 2021. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2021 (<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/341306/WHO-2019-nCoV-HCF-assessment-EHS-2021.1-por.pdf>).
- 3 Organização Mundial da Saúde. Instructions for the national infection prevention and control assessment tool 2 (IPCAT2). Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2017 (<https://apps.who.int/iris/handle/10665/330078>).
- 4 Organização Mundial da Saúde. Regulamento Sanitário Internacional (2005): ferramenta de autoavaliação e relatório anual dos Estados Partes. 2ª ed. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2021 (<https://apps.who.int/iris/handle/10665/352727>).
- 5 Organização Mundial da Saúde. Managing epidemics: key facts about major deadly diseases. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2018 (<https://apps.who.int/iris/handle/10665/272442>).

- 6 Organização Mundial da Saúde. Framework and toolkit for infection prevention and control in outbreak preparedness, readiness and response at the national level. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2021 (<https://apps.who.int/iris/handle/10665/345251>).
- 7 Organização Mundial da Saúde. Directrices sobre componentes básicos para los programas de prevención y control de infecciones a nivel nacional y de establecimientos de atención de salud para pacientes agudos. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2016 (<https://apps.who.int/iris/handle/10665/255764>).
- 8 Organização Mundial da Saúde. Generación de resiliencia en los sistemas de salud en pro de la cobertura sanitaria universal y la seguridad sanitaria durante y después de la pandemia de COVID-19: documento de posición de la OMS. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2021 (<https://apps.who.int/iris/handle/10665/346533>).

© **Organização Pan-Americana da Saúde, 2022**. Alguns direitos reservados. Este trabalho é disponibilizado sob licença CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

OPAS-W/BRA/PHE/COVID-19/22-0033